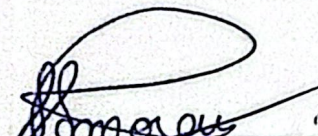



ATA 08/2025

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ**

Ata da sessão extraordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de São Bento do Sapucaí, realizada no dia trinta de julho de dois mil e vinte e cinco, nas dependências da Secretaria de Cidadania. **Pautas: Deliberação CONSEAS/SP Nº 11 de 27 de Maio de 2025 Dispõe sobre a aprovação do repasse de recursos financeiros, via Fundo Estadual de Assistência Social FEAS, oriundos de suplementação orçamentária, para o custeio de benefícios eventuais e de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, para os Fundos Municipais de Assistência Social no Estado de São Paulo e Minuta da alteração da Lei de Benefícios Eventuais.** Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, iniciou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de São Bento do Sapucaí – SP, na qual estiveram presentes: Os representantes do CMAS, as senhoras, Maria do Carmo Santos Silva, Albiana Abinanda S. Gaia, o senhor, José Antônio Thomaz da Silva, Wilson Emio Tanida, José Benedito da Mota, o sr. *Reinaldo Macari que participou remotamente através de aplicativo de mensagens*, a senhora Secretária de Cidadania, Jéssica Costa, e a sra. Shirley Moraes, Secretária Executiva do CMAS. O Senhor Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, José Antônio, deu início à reunião cumprimentando os presentes e, na sequência, apresentou como pauta a Deliberação CONSEAS/SP. Em seguida, concedeu a palavra à Senhora Secretária Municipal de Assistência Social, Jéssica Costa, para prestar esclarecimentos sobre os recursos oriundos da referida deliberação. A Secretária informou que a gestão municipal decidiu pela seguinte distribuição dos recursos: valor da PSB: CEPROCOM: R\$ 7.000,00; CRAS: R\$ 19.328,42; Valor da PSE: Recanto São Benedito: R\$ 38.000,00; Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade: R\$ 15. 548,02; BE: Cesta básica: R\$ 9.481,32; **Valores totais: PSB: 26.328,42; PSE: 53. 548,02; BE: 9.481,32.** A Secretária também esclareceu que os valores correspondentes à PSB e PSE serão repassados em 6 (seis) parcelas pelo Governo do Estado, enquanto o montante destinado aos Benefícios Eventuais será transferido em parcela única ao município. Após a explanação, o CMAS solicitou que os valores apresentados sejam também formalizados por meio de ofício, a fim de garantir a devida formalização da distribuição dos recursos. Por fim, o Senhor Wilson informou que a distribuição já foi registrada conforme apresentado no sistema PMASWeb. A conselheira Senhora Carmem solicitou esclarecimentos acerca dos critérios adotados para a distribuição dos recursos apresentados. Em resposta, a Senhora Secretária Municipal de Cidadania informou que não foram utilizados critérios técnicos específicos, tendo sido a divisão definida por decisão do próprio órgão gestor. Em referência à situação dos repasses devolvidos, tema já discutido em reunião anterior e registrado na Ata nº 11/2024, os conselheiros manifestaram preocupação quanto aos prejuízos ocasionados às entidades, os quais decorreram de falhas atribuídas à gestão municipal. Tais falhas resultaram na não liberação de recursos previamente acordados. Diante disso, os conselheiros solicitaram que a Secretaria Municipal de Cidadania reforce, junto à administração pública municipal e estadual, a necessidade de atenção quanto à importância desses repasses. Ressaltaram, ainda, que os valores recebidos pelas instituições nos anos anteriores e no exercício atual não acompanham sequer a correção monetária baseada na taxa básica de juros nacional, sendo que o montante devolvido poderia ter contribuído significativamente com os custos de manutenção das entidades. Diante do exposto, o Senhor Presidente do CMAS questionou à Senhora Secretária Municipal de Cidadania se o montante previsto na Deliberação CONSEAS/SP nº 11 já contempla o valor anteriormente devolvido, de modo a possibilitar a recuperação dos recursos pelas instituições. Em resposta, a Senhora Jéssica Costa, esclareceu que sim, o valor destinado às entidades já inclui o montante

anteriormente devolvido, estando, portanto, contabilizado no total a ser repassado. A Senhora Jéssica Costa solicitou às instituições que, com o objetivo de contribuir para a ampliação dos valores repassados pelo Governo do Estado e pela administração municipal, encaminhem a ela, por escrito, um relatório contendo os aumentos registrados nos termos de fomento nos últimos anos. A intenção é reunir dados formais que possam ser apresentados ao Senhor Prefeito e aos representantes do Governo Estadual, a fim de subsidiar ações de apoio e valorização das entidades do terceiro setor. Outro ponto de grande relevância discutido pelos conselheiros e apresentado à Senhora Secretária diz respeito ao orçamento total destinado à política de Assistência Social no município. Segundo a avaliação dos conselheiros, o orçamento atual é insuficiente diante da alta demanda de atendimentos realizados pela rede socioassistencial. Ressaltaram que a Proteção Social Básica, quando tratada com a devida atenção e planejamento, pode contribuir significativamente para a redução da sobrecarga nos serviços de saúde, educação e nas ações da Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Diante disso, solicitaram à Senhora Jéssica Costa que busque alternativas e estratégias que possam auxiliar o Poder Executivo Municipal na ampliação do orçamento da Assistência Social, com especial atenção à Proteção Social Básica. Concluindo a discussão sobre esta pauta, os conselheiros presentes, bem como o conselheiro Senhor Reinaldo Macari, que participou remotamente, manifestaram voto favorável à distribuição dos recursos apresentada pela Secretaria Municipal de Cidadania. Na sequência, foi abordada a pauta referente à minuta de alteração da Lei Municipal de Benefícios Eventuais. A Senhora Jéssica Costa informou que a Secretaria Municipal de Cidadania está atualmente elaborando uma proposta de minuta para atualização da referida legislação. Justificou que a Lei vigente, datada de 2015, apresenta dispositivos desatualizados frente às recentes alterações normativas em âmbito nacional. Assim, destacou a necessidade de adequação da legislação municipal aos novos parâmetros legais estabelecidos, a fim de garantir maior conformidade e efetividade na execução dos benefícios eventuais. Ficou acordado que, assim que finalizada, a minuta da nova Lei de Benefícios Eventuais será encaminhada pela Senhora Jéssica Costa ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e às entidades do terceiro setor, simultaneamente ao envio ao setor jurídico municipal. O objetivo é possibilitar a participação de todos os envolvidos na construção de uma legislação alinhada à realidade local. A proposta será discutida em reunião do CMAS, com a devida análise dos pontos relevantes, observando-se as diretrizes das legislações nacionais e as especificidades do contexto municipal. A Senhora Secretária informou ao CMAS que realizou visitas previamente agendadas às instituições CEPROCOM e Recanto São Benedito, com o objetivo de atualizar os dados no Sistema CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social. Destacou a relevância desse sistema, uma vez que é utilizado por deputados federais para identificação de instituições aptas a receberem recursos por meio de emendas parlamentares. Informou, ainda, que a próxima instituição a receber visita será a Obra Social, a qual também possui registro no sistema e é beneficiária de recursos federais; a visita será agendada e devidamente comunicada à entidade. Ressaltou, por fim, que, embora a Casa Abrigo não integre o escopo de atualização do CNEAS, a unidade também foi visitada, considerando que possui um Termo de Colaboração com o município de São Bento do Sapucaí e atualmente acolhe duas crianças oriundas do município, estando localizada no município de Campos do Jordão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, José Antônio, declarou encerrada a sessão e eu, Shirley Morais, lavram esta ata.


Shirley da Silva Morais Batista
Secretária Executiva


José Antônio Thomaz da Silva
Presidente do CMAS